

KARDEX (X)
MC ()
PP ()
DOC. GERAL ()

Nº 452 - 30/04 a 06/05/88

Aconteceu

ORDEM ECONÔMICA GERA IMPASSE NA CONSTITUINTE

Centrão foi derrotado. Decisão terá que ser negociada com todos os grupos na Assembléia Nacional. (pag.5)

Foto de Ricardo Leon



Estudantes voltam às ruas para defender ensino público.

No Sul, palestra de Boff causa preocupação em bispo e militares

(pág. 12)

CNBB: documento de Itaici amplia participação política

(pág. 12)

Nota da Redação

Aconteceu semanal é uma publicação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) dedicada ao acompanhamento das lutas encaminhadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas nas seções Trabalhadores Rurais, Trabalhadores Urbanos, Índios, Educação Popular e Igrejas, que compreendem os programas básicos de atuação do CEDI.

O ACONTECEU trabalha com notícias veiculadas durante a semana pelos principais veículos de comunicação do país (jornais e revistas) vinculadas aos temas básicos dos programas relacionados acima.

É pretensão ainda do ACONTECEU dedicar parte de seu espaço para as informações fornecidas diretamente pelos leitores ou pelas pessoas que atuam direta, ou indiretamente, nestes programas. Assim gostaríamos de contar com a colaboração de todos que igualmente se identifiquem com a nossa proposta, que tem a única e exclusiva intenção de se colocar a serviço dos movimentos populares.

São assinantes do ACONTECEU lideranças indígenas, sindicatos urbanos e rurais e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e tantos outros.



Aconteceu N.º 452
30/04 a. 06/05/88

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98
Fundos
Telefone: 205-5167
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Editor:

Xico Teixeira

Produção Gráfica:

José Truda Jr.

Lúcia Carrera

Fotolitos e impressão

Tribuna da Imprensa

Assinatura Anual: Cz\$ 200,00 (Brasil);
US\$ 60,00 (América Latina);
US\$ 85,00 (América do Norte);
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual: Cz\$ 200,00

América Latina US\$ 60 América do Norte US\$ 85 Europa, Ásia e África US\$ 75

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241 Rio de Janeiro - RJ.

CONSELHO DE PUBLICAÇÕES

Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Júnior

Marcus Vinicius Grod Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro
Xico Teixeira

Jether Pereira Ramalho
(coordenador)

Suspensão da URP leva à greve petroleiros do Rio de Janeiro

O presidente do Sindicato dos Petroleiros do Rio, Mirth Xavier, entrou dia 26 com uma ação cautelar contra a decisão do governo em suspender o pagamento da URP para os funcionários da Petrobras. Segundo ele, os 17 sindicatos da categoria no Brasil entrarão com ações em separado - os primeiros a adotar a medida, segundo ele, foram os sindicatos de Alagoas e Sergipe.

Xavier disse que cinco sindicatos -entre eles o do Rio- realizam assembléias para decidir se entram em greve no próximo dia 3. A decisão já foi toma-

da por outros sete sindicatos, enquanto outros cinco avaliaram não ter condições para decretar uma paralisação, informou.

O decreto do governo que amplia o congelamento da URP para os funcionários da Petrobras e inconstitucional, na avaliação de Xavier. Ele disse que o contrato coletivo entre petroleiros e Petrobras, firmado em setembro de 87, diz que os reajustes da categoria serão calculados "na forma dos critérios específicos previstos no decreto-lei 2.335 de 12/6/87", que criou a URP.

Liminar da justiça determina que universidade pague URP

A justiça do Trabalho de Pelotas (255 km ao sul de Porto Alegre-RS) concedeu medida liminar aos professores e funcionários da universidade federal da cidade, determinando que a instituição pague a eles a URP dos meses de abril e maio, cuja suspensão foi decretada pelo governo federal para o funcionalismo público. A reitoria enviou a sentença judicial para sua procuradoria jurídica.

A liminar foi concedida à ação cautelar impedida pelas associações dos docentes e de servidores

da Universidade Federal de Pelotas, que somam cerca de 2.100 pessoas. O juiz Lúcio Sérgio Mascarenhas, da segunda Junta de Conciliação e Julgamento, referindo-se a URP, disse em seu despacho, que "este direito ingressou em seu patrimônio (do trabalhador) e não pode mais ser afetado por lei posterior". Segundo ele, a adoção da URP, manteve "um certo equilíbrio entre preços e salários, embora com certa desvantagem aos obreiros". O juiz disse ainda que a redução salarial e vedada por lei. (Folha SP-26/04/88)

Petroleiros vão à justiça contra suspensão da URP

Uma ação trabalhista poderá fazer com que a Petrobras, a Petromisa e a Nitrofertil sejam obrigadas, pela Justiça, a pagar a URP de seus empregados. Este é o desejo dos sindicatos dos petroleiros e dos trabalhadores na indústria química e da Associação dos Mineiros de Sergipe, autores de

ação. O argumento é de que o decreto e inconstitucional porque o congelamento da URP fere o atual acordo coletivo da categoria. Um dos advogados contratados, Cesar Brito, afirma que a Constituição diz que quando a União exerce uma atividade econômica de direito privado, assume todas as obrigações inerentes às empresas. (JB - 21/04/88)

Os temas polêmicos da ordem econômica

Conceito de empresa nacional



Sistematização

Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no país, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no país ou de entidades de direito público interno. Será considerada empresa brasileira de capital estrangeiro a pessoa jurídica constituída, com sede e direção no país, que não preencha os requisitos deste artigo. A lei instituirá programas destinados a fortalecer o capital nacional e melhorar suas condições de competitividade interna e internacional, mediante incentivos e benefícios fiscais e creditícios diferenciados e proteção especial às atividades consideradas estratégicas.

Centrão

Será considerada empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no país sua sede e administração. Será considerada empresa brasileira de capital nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no país, cujo controle de capital votante esteja, em caráter permanente, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no país ou de entidades de direito público interno. A empresa brasileira de capital nacional poderá gozar, na

forma da lei complementar específica, de proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas estratégicas à defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento tecnológico do país.

Política Mineral



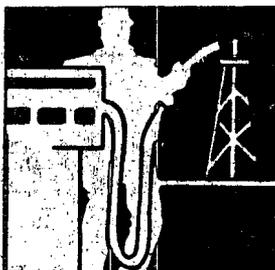
Sistematização

A União é proprietária dos recursos minerais. A pesquisa e a lavra destes recursos nas faixas e fronteira e em terras indígenas cabem exclusivamente às empresas nacionais.

Centrão

Para efeito de exploração, as jazidas minerais e potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo. A União não é proprietária do subsolo e sua exploração poderá ser feita por empresa brasileira de capital nacional.

Distribuição do petróleo



Sistematização

Nacionaliza a distribuição

dos derivados de petróleo, o que significa a saída das empresas estrangeiras dos postos de venda de gasolina e álcool. E proíbe a União de ceder ou conceder qualquer tipo de participação (contratos de risco), em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural.

Centrão

Não faz referência à distribuição dos derivados de petróleo, o que significa deixar o assunto para a legislação comum. Também se omite em relação aos contratos de risco. Como não os proíbe, deixa aberta a possibilidade de adotá-los.

Presença do capital estrangeiro



Sistematização

Os investimentos de capital estrangeiro serão admitidos exclusivamente no interesse nacional e disciplinados na forma da lei. A lei disporá sobre os lucros do capital estrangeiro, favorecendo seu reinvestimento no país e regulando sua remessa para o exterior.

Centrão

Os investimentos de capital estrangeiro poderão ser incentivados no interesse nacional e disciplinados na forma da lei, garantidos os direitos e as prerrogativas constitucionais.

Intervenção do Estado



Sistematização

A intervenção do Estado no domínio econômico e o monopólio só serão permitidos quando necessários para atender os imperativos da segurança nacional ou relevante interesse coletivo, conforme definido em lei.

Centrão

A intervenção do Estado no domínio econômico e a exploração direta pelo Estado da atividade econômica só serão permitidos quando necessário para atender os imperativos da segurança nacional ou relevante interesse coletivo, conforme definido em lei.

Centrão sofre sua pior derrota

O chamado Centrão sofreu sua pior derrota no Congresso Constituinte, no dia 28, desarticulando definitivamente o grupelho que se formou na Assembléia Constituinte para defender os interesses do governo, de grupos de direita e empresários.

Grande parcela desses empresários (o grupo nacionalista) partiu para um entedimento com setores moderados e progressistas para a derrubada do projeto relativo a Ordem Econômica. O Centrão pensou que teria os 280 votos suficientes para aprovar sua proposta e foi para o plenário sem negociar um texto alternativo. Perdeu por 279 a 210 votos.

A liderança do PMDB, aliada a toda a esquerda e a dissidentes do próprio Centrão forçou, com o resultado, o adiantamento da votação, já que faltou apenas um voto para alcançar o quorum de aprovação, que é 280 votos.

No dia seguinte já começavam os entedimentos em torno de uma proposta alternativa, para tornar viável a aprovação de um texto misto, evitando o surgimento do 'buracó negro' (que é o impasse total quando uma emenda não consegue aprovação no final de todas as tentativas).

Carona em jatinho garante votos a favor de empresários

Para aprovar o seu substitutivo referente à Ordem Econômica, o Centrão intensificou o trabalho de mobilização de constituintes, coordenado pelos Deputados Ricardo Fiuza (PFL-PE) e Luis Eduard Magalhães (PFL-BA).

Os empresários, representados pela União Brasileira de Empresários (UB), Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA), colocaram jatinhos

a disposição para buscar constituintes em todo os pontos do País.

O movimento no QG do Centrão, instalado numa sala do corredor das comissões da Câmara dos Deputados, era intenso. Seguindo instruções dos Deputados Daso Coimbra (PMDB-RJ) e Basílio Vilani (PMDB-PR), quatro funcionários passaram o dia ao telefone, tentando localizar os constituintes nos seus Estados. (O Globo-26/04/88)

Segundo Ulysses, votar título será mais difícil que o sistema

O presidente do Congresso constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), disse dia 25 que "a filosofia, a doutrina e até a ideologia" criarão mais dificuldades na votação do Título "Da Ordem Econômica e Financeira" do que quando da definição do sistema de governo e do mandato presidencial. Segundo ele, até agora as votacões tem sido como texto referencial as propostas do Centrão: "Destas vez a maioria dos textos diverge do elaborado pela Comissão de sistematização e pelo Centrão."

Ulysses fez esta avaliação ao deixar o Palácio da Alvorada, onde foi cumprimentar o presidente Sarney pela passagem do seu aniversário.

Ulysses disse que já foram votados 76% do projeto da nova Constituição neste primeiro turno. Ele não quis fazer nenhuma previsão de quando a nova Carta será concluída. Afirmou que o Parlamento é uma "caixa de surpresas": "As vezes vou ao Congresso com céu azul e de repente vem trovoadas, e da braba. De outras vezes, há prognóstico de tempestade e se resolvem os assuntos com facilidade".

Ele apontou como pontos polêmicos do título da Ordem Econômica a definição de empresa nacional, distribuição de petróleo, mineração e contratos de risco. Sobre estes pontos, segundo ele, não existe um texto comum que oriente a votação. (Folha SP-26/04/88).

Gazeteiros serão punidos

A Mesa da Constituinte decidiu, enfim, punir os gazeteiros. Quem faltar a quatro sessões seguidas ou a sete alternadas perde 1/30 do subsídio por dia de ausência, o que corresponde a cerca de Cz\$ 21 mil. "É uma punição forte. Quem faltar a quatro sessões vai perder, de cara, mais de Cz\$ 80 mil", exultou o primeiro-secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA).

A decisão da Mesa, tomada após quatro meses de protelação, foi considerada branda pelo líder do PMDB, senador Mário Covas. Do microfo-

no do plenário, ele pediu que Ulysses fizesse a comunicação oficial. Depois de ouvir a resolução, comentou: "Quer dizer que só depois de o parlamentar faltar a quatro sessões é que será punido?"

Para o deputado Paulo Delgado (PT-MG), um dos primeiros a pedir a punição dos gazeteiros, a medida foi positiva: "Sabemos que muitos constituintes não precisam do dinheiro que lhes será descontado. Mas a sociedade vai tomar conhecimento de que, ao faltarem ao trabalho, estão sendo punidos". (JB - 22/04/88)

Pais e professores defendem mais qualidade na escola pública

Pais de alunos e professores das escolas estaduais vão cobrar do governador Orestes Quéricia a melhoria da qualidade do ensino na rede pública. Há dois meses, eles criaram o Movimento Pró-Educação, em uma escola do bairro da Lapa, e contam agora com a participação de pais e professores de 50 estabelecimentos de ensino da Grande São Paulo. Visitaram escolas, ouviram diretores, alunos e funcionários e prepararam um documento propondo soluções. Ele será entregue ao secretário da Educação, Chopin Tavares de Lima.

Após as visitas, eles constataram que muitos problemas se repetem: falta de salas, carteiras e serventes, merendas estragadas, cozinhas mal equipadas. Além disso, poucas escolas tem bibliotecas que, normalmente, funcionam duas ou três horas por dia, e nenhuma tem laboratórios. Discutiram também a remuneração dos professores e funcionários, pois o movimento surgiu durante a última greve do magistério, para tentar evitar que outras paralisações aconteçam.

Umadas principais propostas do Movimento Pró-Educação e a aplicação das verbas públicas somente nas escolas estaduais e municipais. Setores da Constituinte querem transferir recursos para as escolas particulares: "Não podemos concordar com isso", afirmou Marina Barbosa. Os pais e professores querem saber como são aplicadas as verbas destinadas a educação: "E a co-gestão na administração dos recursos", explicou Giselia Marcondes.

Vão propor ainda que todos os professores possam trabalhar em regime de jornada única (ape-



nas para uma classe), pois, assim, terão condições de preparar melhor suas aulas e de atender pais e alunos. Querem que as escolas tenham bibliotecas e laboratórios e uma maior participação dos pais e professores no Conselho Estadual de Educação.

Acompanhando a movimentação dos pais e alunos das escolas particulares contra os aumentos das mensalidades, as mães do Pró-Educação também falam na criação de uma organização estadual, reunindo todas as Associações de Pais e Mestres do Estado, para discutir o ensino público. (O Est. SP- 24/04/88)

Santo André inaugura escola para formação de lideranças sindicais

Para algumas pessoas, a escola representa o primeiro degrau para a educação sindical. O Instituto Cajamar, dirigido pela Central Única dos Trabalhadores, e visto por estes dirigentes sindicais como o embrião da Universidade dos Trabalhadores. E é com este espírito que a CUT inaugura, no dia 17, a Escola de Formação Sindical e Centro Cultural Constanti Castellani, em Santo André.

"O papel da escola e melhorar o nível de conscientização dos metalúrgicos" - ressalta Miguel Rupp, coordenador da escola, que no mesmo dia passou o comando do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, depois de seis anos a frente da entidade,

para João Avamileno. A nova diretoria segue os passos da CUT. A solenidade acontecerá durante a inauguração da sede do centro sindical, localizada na rua Senador Flaquer.

Formar dirigentes sindicais, militantes, preparados para atuar no movimento sindical e participar ativamente da luta entre o capital x trabalho. Está é a meta que Miguel Rupp pretende atingir com a construção da escola, considerada por alguns sindicalistas como a primeira etapa que o trabalhador precisa passar para tornar-se um sindicalista e, mais tarde, ter acesso ao Instituto Cajamar, voltado para instrução de dirigentes sindicais e políticos. (Diário do Grande ABC-16/04/88)

Ortega recebe pacifista dos EUA

Ortega e o pacifista americano Brian Wilson se encontraram em Manágua. Foi mais um passo em busca da aproximação das forças que buscam a paz, não apenas na Nicarágua, e na conturbada América Central. A região sofre permanentes ameaças de interferências externas, sendo os Estados Unidos o país que mais se opõe à independência dos povos daqueles pequenos países.



Ortega (D) recebe o pacifista americano Brian Wilson

Família de americano processa líderes anti sandinistas

A família do americano Benjamin Linder, morto pelos contras na Nicarágua, ano passado, abriu um processo na Justiça contra os líderes anti sandinistas, exigindo um indenização 50 milhões de dólares. A família afirma ter reunido provas de que Linder foi brutalmente executado pelos contras,

quando ajudava na construção de uma pequena usina hidrelétrica do norte da Nicarágua. O americano teria sido ferido, mas não mortalmente; numa emboscada dos contras, e depois assassinado quando jazia no chão, imóvel e desarmado. O pai de Linder, o médico David Linder, acusou o governo de tentar encobrir o crime. (JB-27/04/88)

Cardeal de Manágua é acusado

O Cardeal Miguel Obando y Bravo, Arcebispo de Manágua, que participa com testemunhas das conversações entre representantes do Governo e dos rebeldes contras, ameaçou afastar-se dos entendimentos por ter sido acusado na última terça-feira, em uma emissora de rádio oficial, de ser o "diretor intelectual da contra-revolução, e, por isso, corresponsável por assassinios de velhos e crianças".

Em telegrama que dirigiu ao Presidente Daniel Ortega, o prelado perguntou se a acusação reflete o pensamento do Governo - "Caso a resposta seja afirmativa", disse, "não poderei continuar como membro da Comissão Nacional de Reconciliação, nem como testemunha e fiado das conversações de paz, pelo que me afastarei imediatamente dessas funções". (O Globo - 22/04/88)

Cardeal ameaçado no Chile

A organização terrorista de direita Ação Chilena Anticomunista (Acha) ameaçou de morte o Cardeal Raúl Silva Henríquez, de 80 anos de idade, conhecido por sua firme posição em defesa dos direitos humanos. Silva Henríquez, ao retornar de uma viagem ao exterior, onde emitiu conceitos contrários ao Governo do General Augusto Pinochet, disse que a ameaça lhe foi feita em mensagem enviada à sua casa em Santiago. Segundo o jornal independente "Época", o Cardeal mandou destruir a mensagem. Há dias o mesmo grupo terrorista enviou a sede de um sindicato uma mensagem também endereçada a Silva Henríquez, na qual reivindicava o assassinio de cinco jovens militantes comunistas, desaparecidos desde setembro do ano passado. No mesmo envelope, estavam as fotografias das cinco vítimas. (AME - MARCO/88)

Terroristas presos em Buenos Aires

Cinco homens e uma mulher foram presos em Buenos Aires e identificados como membros de um grupo terrorista ligado ao ex-tenente-coronel Arturo Felix Gonzalez Naya, braço-direito do ex-tenente-coronel Aldo Rico. Nas batidas feitas em Buenos Aires e La Plata, a polícia apreendeu um grande arsenal, incluindo 160 fuzis automáticos, 500 pistolas e revólveres, bombas, metralhadoras e até dois helicópteros. Entre os detidos há um ex-oficial do Exército, Júlio Jorge Ianantuano, cujo prontuário policial inclui o sequestro de um industrial em 1974. (JB-22/04)

ACONTECENDO

Desafio

Um ministro do governo Sarney, a propósito do corte de Cz\$ 700 bilhões que a área econômica está querendo fazer no orçamento federal, disse:

"Eu corto os meus investimentos, mas antes quero ver os cortes do Antônio Carlos Magalhães e do Aureliano Chaves". (Painel FSP - 22/04)

"Acordo"

Em Brasília, há rumores de que estaria sendo "costurado" um acordo para esfriar os ânimos entre o governo e a CPI da corrupção.

O ponto de partida seria o adiamento, por mais algum tempo, dos depoimentos de Saulo Ramos e Jorge Murad.

Os dois depoimentos só seriam tomados depois que os constituintes votassem o mandato de Sarney, numa demonstração de que seu objetivo não é desestabilizar o governo. (Painel-FSP-22/04/88)

Em alta

A cotação de Sarney está em alta em Campo Grande (MS). Nas últimas três semanas, subiu em 75%.

Trata-se do salgadinho criado pelo filho de japoneses Renato Oki; "em homenagem ao político mais enrolado desse mundo".

A procura do Sarney foi tão grande no boteco de Oki que ele aumentou o preço inicial de Cz\$ 20 para Cz\$ 35.

E ninguém reclama.

- Tá todo mundo querendo - diz Oki. (Informe JB 22/04/88)

Divergências

Para observadores peemedebistas, um dos fatores que dificulta a formação do novo partido da dissidência do PMDB são as divergências entre Fernando Henrique e Mário Covas.

"As divergências são maiores que as convergências", diz um observador. (Painel FSP - 22/04/88)

Manobra do Planalto

O Palácio do Planalto ainda não encaminhou ao Congresso o texto do decreto-lei que congelou por dois meses a URP do funcionalismo público.

Ao ser cobrado, mandou dizer, que está faltando a assinatura do ministro Mailson da Nóbrega.

Na verdade, o Planalto quer retardar o exame desse decreto-lei pelo Congresso, pois sabe que a oposição está articulando sua rejeição. (Painel FSP - 22/04/88)

Soltando

Comentário objetivo feito num gabinete do Palácio do Planalto:

"No ano que vem haverá eleições presidenciais. Eleições, é claro, que o atual governo não quer perder. Logo, é obvio que os apertos econômicos, para conter a inflação e o déficit público, terão todos que ser feitos este ano. Se não apertar agora, não haverá o que soltar depois".

Gerais

O deputado José Genoíno (PT-SP) tenta resuscitar a tese de eleições gerais como saída para a crise, que para ele é cada vez mais grave: "Já estou agitando isso", disse.

Se a hipótese vingar, Genoíno admite até adiar por alguns meses as eleições municipais de novembro. (Painel FSP - 21/04/88)

Tudo Errado

Do governador Pedro Simon, ferrenho parlamentarista, desolado com a não aprovação do parlamentarismo com cinco anos de mandato para os presidentes da República e com a quase definição de cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

- Como não houve acordo, nós agora vamos ter o regime errado com o tamanho do mandato errado. (Informe JB-21/04/88)

Depois dos cinco

As medidas econômicas mais amargas para combater a inflação so deverão ser anunciadas pelo governo depois que o Congresso constituinte tiver votado o mandato de Sarney.

Uma recente avaliação feita da assessoria do Planalto indicou que seria temerário anunciar agora essas medidas, pois o inevitável impacto negativo que elas vão gerar poderia desestabilizar a frágil maioria estabelecida em favor dos cinco anos. (Painel FSP-21/04/88)

Opinião dele

O presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Rogério Magri, quer deixar o Brasil no escuro em protesto contra o congelamento da URP.

Como a CUT e a CGT não concordam com esse tipo de protesto, Magri reagiu:

"Para a CUT e a CGT só interessa a derrubada de Sarney".

Retratos da vida

O operário desempregado José Alves dos Santos, 22 anos, de Pernambuco, que acertou a quina da Loto sozinho e ganhou Cz\$ 48 milhões, havia vendido a sua mala de ferramentas, dois dias antes de ser premiado, para comprar uma lata de leite em pó para seus dois filhos. (Informe JB-21/04/88)

Quadro Negro

A Federação Latino-americana de Jornalistas divulgou no dia 25 em Brasília, um relatório sobre a situação do jornalismo no continente, informando que só ano passado foram assassinados 12 jornalistas.

Segundo a entidade, Chile, Colômbia e Paraguai são os países onde o exercício do jornalismo é mais difícil, seguindo-se o Panamá e Guatemala, Venezuela e Haiti. (Painel FSP-26/04/88)

Retaliação

O Palácio do Planalto desferiu mais um golpe contra o grupo do governador baiano Waldir Pires.

Exonerou Valdério Gonçalves Feitosa do cargo de diretor de planejamento do BNÇ e nomeou para substituí-lo Jaime Turra., ligado ao grupo do líder governista Carlos Sant(Anna. (Painel FSP-26/04/88)

ACM preocupa

Pelo menos três auxiliares diretos de Sarney manifestam-se preocupados com o crescente enfrentamento entre o governo e a CPI da Corrupção.

Eles acham que a reação comandada por Antônio Carlos Magalhães está deteriorando o quadro, danificando a imagem do governo, no plano interno, e a imagem do país, no plano externo. (Painel FSP-26/04/88)

Boff

O frei Leonardo Boff voltará à União Soviética em junho, a convite da Igreja Ortodoxa Russa. (Folha SP-26/04/88)

Mão no bolso

O senador Áureo de Melo (PMDB-AM) está inconsolável.

No Congresso, alguém tirou sua carteira, levando dinheiro e documentos.

Ele acha que isso só pode ter ocorrido na CPI da Corrupção, quando assistia a acareação entre Aníbal Teixeira e Michal Garten-kraut. (Painel FSP-26/04/88)

Pé no freio

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, vai declarar guerra aos acidentes de trânsito.

O projeto que está em sua mesa endurece as penas para os infratores.

Assim, quem dirigir perigosamente e for apanhado em flagrante, poderá ficar preso de dois meses a um ano. E quem estiver alcoolizado ao volante, poderá pegar de seis meses a dois anos.

A decisão do ministro ocorreu diante da força dos números de acidentes no trânsito, no Brasil: 1 milhão/ano, resultando em 50 mil mortes e deixando 150 mil deficientes físicos. (Informe JB 21/04/88)

Lazer

O governador Moreira Franco fez uma pausa para descansar da viagem de negócios que realiza pela Europa.

Na tarde da última segunda-feira - e com grande atraso, em consequência de uma greve que o impediu de viajar de avião - chegou a Roma, de trem, procedente de Veneza, onde passou o fim de semana fazendo turismo.

Está hospedado no Hotel Hasller Villa Medici, o mais solene e caro da cidade, com diárias que variam de 280 a 450 dólares. (Informe JB - 26/04/88)

A indústria automobilística brasileira deverá ser obrigada a fabricar pelo menos a metade do seus carros a gasolina.

A decisão está na pauta do Conselho Nacional de Energia para a reunião da próxima terça-feira, dia 26.

A medida visa tirar a Petrobrás da arapuca a que está submetida: e obrigada a engolir todo o álcool produzido pelos outros, enquanto o produto da casa está sobrando.

A estatal produz hoje 220 mil barris diários de gasolina. Desse total, a frota nacional de veículos absorve apenas 120 mil. O restante ela tenta colocar, com muito esforço e pouca rentabilidade, no mercado externo.

E o que é mais grave: de cada 100 carros fabricados atualmente no Brasil, 95 são movidos a álcool.

Isso significa que, se nada for feito, dentro de quatro a cinco anos, com o sucateamento da frota antiga a gasolina, a empresa vai ter que mudar de ramo.

E de nome - que tal IAA-brás? (Informe JB-21/04/88)

Estudantes defendem ensino oficial

Epitácio Pessoa

Cerca de três mil universitários e secundaristas de escolas públicas acompanhadas por pais e professores e aplaudidos, por diversas vezes do alto dos edifícios percorreram no dia 20 várias ruas do centro do Rio de Janeiro para protestar contra decretos do Governo federal que, segundo eles, enfraquecerão ainda mais o ensino público, favorecendo a privatização do setor. Os estudantes criticaram os decretos que extinguem fundações, proíbem a contratação de professores, incentivam o afastamento de servidores e ameaçam os que fizeram greves. A passeata começou na Cinelândia, foi até a Candelária e desceu a Avenida Rio Branco, já ao anoitecer, ganhando adesões de muita gente que deixava o trabalho. (O Globo-22/04/88)



Usando faixas, estudantes manifestam-se contra os aumentos

Andes denuncia desvio de verbas em depoimento para CPI - Calmon

Na primeira sessão de depoimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara que apura a aplicação de recursos da emenda Calmon, o presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Newton Lima Neto, afirmou que, embora a União tenha destinado a Educação, em 1986 e 1987, recursos que ultrapassaram os 13% previstos pela emenda, o aumento real de verba das universidades federais neste período foi significativamente inferior ao aumento real de recursos do MEC. O presidente da Andes apontou "pistas", que, segundo ele, podem ser seguidas pelos membros da CPI para averiguar se existem distorções na aplicação dos recursos por parte do MEC, que foram incluídas na ata da reunião para exame prioritário.

A primeira e a averiguação de uma reportagem que teria sido publicada em dezembro pelo jornal "Tribuna do Vale", de Araranguá (extremo sul catarinense), segundo a qual o ex-ministro Jorge Bornhausen teria destinado verba de Cz\$ 1 milhão para a reforma da Igreja matriz da cidade de Sombrio, também interior catarinense.

A CPI também vai averiguar a possível existência de um relatório reservado que teria sido produzido pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea) da Seplan, no segundo semestre de 1987, com base em dados do exercício de 1986, que acusaria a destinação irregular de Cz\$ 500 milhões do MEC para fins políticos clientelísticos. (Folha SP-20/04/88)

Acaba a greve na UFBA

Os professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) decidiram retornar ao trabalho no dia 25/04 após 38 dias de paralisação em protesto contra a nomeação do Reitor Rogério Vargens. Os estudantes também terminaram a greve que faziam pelo mesmo motivo.

A comunidade acadêmica, no entanto, continua em busca de novas alternativas de luta que levem à renúncia do Reitor: Vargens foi nomeado recentemente, mesmo tendo sido o quinto colocado na lista sextupla encaminhada ao Presidente José Sarney. (O Globo-21/04/88)

URP fica para aposentados

O congelamento da Unidade de Referência de Preços (URP) não atingirá os aposentados e pensionistas da Previdência, disse o ministro Renato Archer. Segundo ele, três fatores determinaram o não-congelamento. Primeiro, a Previdência efetua os pagamentos dos reajustes com 60 dias de atraso. Em segundo lugar, 88% dos 11,9 milhões de

aposentados recebem com base no Piso Nacional de Salários (PNS); com um eventual congelamento, os aposentados ganhariam o abono de 25%, que elevaria o piso de benefício ao invés de reduzi-lo.

Por fim, o ministro argumenta que a Previdência teria, provavelmente, que paralisar a emissão de carnes. (Folha SP-26/04/88)

Portuários vão à greve dia 3

Os portuários de Santos entrarão em greve por 48 horas, nos dias 3 e 4 de maio, em protesto contra o congelamento da URP e as propostas de privatização de

diversas empresas estatais. A decisão foi tomada na noite de quinta-feira no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos.

Folga entre jornadas e rejeitada

Representantes da Federação Nacional dos Portuários, acompanhados pelo deputado Hélio Duque (PMDB-PR), solicitaram ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, em Brasília a revogação da resolução 1.510 do Conselho Superior do Trabalho Marítimo, que obriga os trabalhadores avulsos a cumprirem intervalo de 11 horas entre duas jornadas de trabalho.

Sob a alegação de que a resolução contraria o

artigo 57 da CLT, que exclui os portuários do cumprimento da folga, devido à peculiaridade da profissão, eles reivindicam que seja respeitada a exceção. Segundo os portuários, se for mantida a resolução, faltarão mão-de-obra nas épocas de pico de trabalho, provocando a paralisação da operação de navios atracados. Pazzianotto prometeu estudar a reivindicação e encaminhar seu parecer à Secretaria de Medicina e Higiene do Trabalho. (JB - 22/04/88)

Sindicato processa PM por agredir diretora em Carajás

O Sindicato Metabase, de Carajas, entrou com um processo em Marabá contra a Polícia Militar pela agressão física e moral à diretora do sindicato, Maria Aparecida da Silva, durante as manifestações no dia 16, na visita do presidente José Sarney. O sindicato alega que Maria foi agredida quando protestava com um grupo de mulheres contra o sequestro de quatro dirigentes sindicais, que foram presos por agentes da Polícia Federal em Carajas, transportados para a Paraóbebas, a 40 quilômetros dali, e depois para Marabá. Como os dirigentes ficaram 17 horas incomunicáveis, as mulheres organizaram o protesto que foi reprimido pela PM do Pará. (JB - 21/04/88)

Metalúrgicos rejeitam proposta da Embraer

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (a 85 km a nordeste de São Paulo) rejeitou no dia 21 a proposta de reajuste salarial de 11,4% para os 12.500 trabalhadores da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), apresentada por determinação do Conselho Interministerial de Salários das Estatais (Cise). A decisão foi tomada pelo sindicato em uma mesa de conciliação na Delegacia Regional do Trabalho de São José, depois que a proposta já havia sido recusada pelos trabalhadores reunidos em assembleia no dia anterior.

Os metalúrgicos, que reivindicavam 83%, chegaram a uma proposta final de 50% como patamar estabelecido entre a Fiesp e os sindicatos. A palavra agora é da Embraer. (Folha SP-22/04/88)

Greve dos dentistas em Pernambuco

Cerca de 80 por cento dos quatro mil dentistas de Pernambuco aderiram a greve nacional de advertência contra a precária assistência odontológica que, segundo eles, vem sendo prestada tanto na rede pública quanto na particular.

Segundo o Sindicato dos Odontologistas de Pernambuco, pelo menos 16 mil pacientes não fo-

ram atendidos no Estado, principalmente os que procuraram a rede privada, onde a paralisação foi mais acentuada. Já a Secretaria de Saúde calculou que a maior parte dos 1.500 odontologistas dos postos de saúde trabalharam regularmente, sobretudo no interior. (O Globo-22/04/88)

Documento revela preocupação político-partidária da CNBB

Aumentar a participação da Igreja na política, de forma ampla, mas restringir a atuação política partidária exclusivamente aos leigos foi uma das resoluções contidas no documento final da 26a Assembléia Geral da CNBB, que terminou no dia 22, em Itaiçi.

O texto final sobre o tema central da assembléia "Igreja, comunhão e Missão na Evangelização dos Povos, no Mundo do Trabalho, da Política e da Cultura" - foi aprovado com 243 votos a favor, dois em branco e cinco contra (dos bispos Dom Eugênio Salles, cardeal do Rio, Dom José Carlos de Lima Vaz, seu bispo auxiliar, Dom José Gonçalves, de Niterói, Dom José Fernandes Veloso, de Petrópolis e Dom Manuel Pestana, de Anápolis).

O texto aprovado inclui a preocupação da CNBB com a tendência de identificar o Reino de Deus com as simples mudanças sociais que podem ser conquistadas na luta popular, revelou o bispo de Bauru, Dom Candido Padim. Outra preocupação é também a facilidade com que alguns agentes pastorais apelam a análise marxista como sendo "o único instrumento de análise e compreensão da realidade. Como contraponto a questão da análise marxista, os bispos criticam também a ausência de qualquer compromisso de transformação social por parte de grupos, movimentos ou organizações pastorais" da Igreja.

O documento aponta ainda para o posicionamento dos membros da hierarquia da Igreja a favor dos mais pobres, em apoio a educação política e a militância político-partidária dos leigos, conhecendo as propostas dos partidos e candidatos, sempre com base nos critérios evangélicos.

Segundo Dom Ivo Lorscheiter, ex-presidente da CNBB, o episcopado tornou-se ainda mais claro e mais severo que antes na questão da presença dos cléricos na política partidária, não havendo motivo para exceções.

Na análise sobre a conjuntura política e brasileira, o documento mantém as críticas a transição política e a "Nova República", mas foi retirada do texto uma referência específica ao governo Sarney, isto porque, segundo disse Dom Ivo, a Igreja entende que a crise brasileira e global, não setorial, e toda a sociedade brasileira e responsável por ela, não sendo possível individualizar as responsabilidades". Entre os principais problemas nacionais os bispos citaram a dívida externa e "a inflação galopante".

Bispo condena discriminação de mulheres trabalhadoras

O bispo da Diocese de Jaboticabal, d. Luis Eugênio Perez, qualificou de "criminosa" a determinação da direção das usinas de cana Chimbó e Lagoa Dourada, no município de Dobrada, de proibir o trabalho de mulheres casadas. Para as candidatas a trabalhar nessas usinas, é exigido atestado médico de esterelização por cirurgia de laqueadura.

Em comunicado no Jornal "O Ascensor", da Diocese de Jaboticabal, d. Luiz Eugênio Perez observa que a proibição ao trabalho de mulheres casadas, nas usinas de Dobrada, advem da decisão do Congresso Constituinte de pagamento da licença-

gestante durante 120 dias. Para o bispo, a atitude da direção das usinas é "opressora e discriminatória".

Nos seus comentários, d. Luiz faz referência a temática da Campanha da Fraternidade deste ano, que é justamente a discriminação. É preciso - diz o bispo - protestar e combater toda atitude de discriminação que degrida a pessoa humana, e fere os mais sagrados princípios sobre os quais se fundamenta a dignidade do ser humano. O bispo finaliza com esta afirmação: "Estamos solidários com as mulheres de Dobrada em sua luta e na defesa de sua dignidade de mulher e de mãe". (Agen - 7/4/88)

Igrejas reagem contra violência

Em protesto contra violência no norte-capixaba, patrocinada pela UDR, e o assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas, Francisco Domingos, as Igrejas Católica, Metodistas e Luterana organizaram no último dia 20, em frente a matriz de Linhares, celebração ecumênica com a participação de lideranças sindicais, comunitárias, estudantis, rurais e políticas.

Aproximadamente mil pessoas acompanharam a manifestação, que ocorreu de forma pacífica. Um trecho da avenida João Felipe Calmon, principal da cidade, onde fica a Igreja Católica de Linhares, ficou interditado das 8 às 13 horas. O culto reuniu moradores da região e das cidades de Jaguaré, São Mateus, Araçruz, Rio Bananal e João Neiva, todas ao norte de Vitória. (Agen - 7/4/88)

Polícia assiste palestra de Boff

Alfredo Rizzutti



Boff: pela violência contra a injustiça

O coordenador regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, delegado Paulo Nase Brum, afirmou em Porto Alegre que foram acompanhadas as declarações feitas a imprensa e as palestras feitas no Estado pelo frei Leonardo Boff, um dos principais teóricos da Teologia da Libertação. Boff afirmou que a violência pode ser admitida como reação em situações de 'sistemática violação dos direitos humanos'. Acrescentou que a 'crise de esperança' que o País atravessa pode conduzir ao surgimento de movimentos de guerrilha. As afirmações de Leonardo Boff também foram acompanhadas 'com preocupação' por oficiais superiores do Comando Militar do Sul. Segundo observou ontem um desses oficiais, receia-se que 'muita gente possa acreditar, se empolgar e criar problemas'.

O bispo d. Boaventura Kloppenburg, da diocese de Novo Hamburgo na região metropolitana da capital gaúcha, integrante da Pontifícia Comissão Teológica Internacional, chegou a recomendar ao Exército que interrogasse o frei Leonardo Boff, pois ele poderia ser um 'intelectual orgânico de guerrilha brasileira'. O chefe da quinta Seção - o setor de Relações Cíveis - do Comando Militar do Sul, coronel João Hipólito Ribeiro Machado, comentou, porém, que o Exército não é mais responsável por esse tipo de investigação, que cabe agora a Polícia Federal.

O coordenador regional policial da PF, delegado Paulo Nasi Brum ponderou que não seria produtivo intimar Leonardo Boff para um interrogatório. Observou que a experiência em casos como esse mostra que intimado acaba 'colocando as coisas em outros termos', retirando os conteúdos incriminatórios das entrevistas a imprensa. Acrescentou que, embora os jornais possam ter toda a credibilidade, não podem ser utilizados como fontes oficiais para iniciar investigações.

Luteranos querem conhecer melhor a Teologia da Libertação

'Temos interesse em conhecer a Teologia da Libertação por seu caráter ecumênico e porque a entendemos como uma importante contribuição no processo de renovação da igreja'.

A declaração é da presidente da Comissão de Estudos da Federação Luterana Mundial, a sueca Cristina Berglund, que esteve em Porto Alegre para o seminário anual da comissão.

Cerca de 60 membros da comissão de estudos debateram durante 10 dias as suas questões religiosas e dedicaram três dias para o estudo e reflexão sobre a Teologia da Libertação. O convidado foi o frei Leonardo Boff.

Durante os debates, os luteranos ressaltaram a possibilidade de os princípios da Teologia da Libertação serem adotados, no todo ou em parte, pela FLM.

Leonardo Boff vê mudança na ação da Igreja conservadora

O teólogo franciscano Leonardo Boff admitiu em Porto Alegre (RS) que existe uma estratégia 'conservadora' junto à Igreja brasileira, mas disse que muitos bispos conservadores estão se convertendo às causas do povo, porque a realidade é mais forte do que as ideologias.

Como exemplo, frei Leonardo citou bispos 'conservadores' de Rio Branco (AC), Conceição de Araguaia (PA), Vitória (ES) e Goiânia (GO) que,

diante da violência rural e urbana em suas regiões, teriam aderido as teses da Igreja "progressista".

O teólogo franciscano disse que dos 365 bispos brasileiros, apenas 50 seriam "conservadores", afirmando porém que estes "tem maior articulação com a classe dominante e mais espaço nos meios de comunicação". Segundo ele, a tendência da Igreja brasileira, porém, é de manter a linha "progressista". (Folha SP-22/04/88)

Justiça pede prisão preventiva dos assassinos dos Ticuna

A Justiça Federal do Amazonas decretou no dia 15 a prisão preventiva de 11 pessoas envolvidas no massacre de 14 índios Ticuna, ocorrido no dia 28 de março, no Igarapé Capacete, município de Benjamim Constant (AM), na divisa do Brasil com o Peru. Sete acusados já foram presos, segundo informaram agentes da Polícia Federal de Tabatinga (AM).

Outros quatro indiciados continuam foragidos, entre eles o comerciante e madeireiro Oscar Castelo Branco, considerado o mandante da chá-

cina. A notícia foi confirmada pela assessoria de Comunicação Social da Superintendência de Polícia Federal do Amazonas, acrescentando que estão sendo procurados também Wanderlei Penha dos Santos, João dos Santos Silva e Francisco Nascimento Ambrosio. A decisão da prisão preventiva dos acusados foi anunciada em Manaus pelo juiz federal João Luis de Souza.

O madeireiro Oscar Castelo Branco fugiu da região logo que seu pedido de habeas corpus preventivo foi negado pela Justiça Federal, em Brasília.

Emboscada no Igarapé

No dia 28 de março, um grupo de 80 Ticuna aguardava a presença de representantes da delegacia da Funai e da Polícia Militar para pedir punição ao responsável pela morte de um boi pertencente à comunidade indígena. Eles estavam na casa de

outro índio, onde havia mulheres e crianças, quando foram surpreendidos por um grupo de homens armados que começaram a atirar. Além dos mortos, 28 índios ficaram feridos e foram internados no hospital de Tabatinga.

70% das terras indígenas não estão regulamentadas

Das terras ocupadas pelos índios brasileiros, menos de 6,5% estão regulamentadas ou nas duas fases finais do processo que regulariza a posse. Mais de 70% não contam com qualquer processo administrativo que represente alguma garantia de posse, os dados são do Museu Nacional e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Antes valia o Estatuto do Índio (lei 6001) que estabelecia o estatuto de terra indígena para os locais, tendo como norma a ocupação exclusiva pela comunidade. Para isso, bastava portaria da Funai e decreto do Ministério do Interior. A partir do decreto 88.118.83, do governo Figueiredo esse processo passou a depender do Grupo Interministerial

que, com novo decreto, do governo Sarney (94.945.87), ficou subordinado a intervenção do Conselho de Segurança Nacional. Decreto complementar estabeleceu a figura jurídica da colônia, ocupada por indígenas em avançado grau de aculturação.

A CSN decide alocar parcela da terra original aos índios e também o tipo de exploração econômica da área, já não mais exclusivamente habitada por índios. "Está é uma figura que não admito e não reconheço", diz o coordenador da União das Nações Indígenas, Ailton Krenak, 34. A primeira colônia foi criada em novembro, em Pari Cachoeira, no Alto Rio Negro. (FSP-22/04/88)

Maxacali pede demarcação em B.H.

O Dia do Índio foi comemorado em Belo Horizonte com protesto: o Comitê Pró-Maxacali entregou dia 19, a Procuradoria Geral da República, em abaixo-assinado contendo 8 mil assinaturas de intelectuais, profissionais liberais e cerca de 70 deputados, entre federais e estaduais, pedindo a reunificação e demarcação das terras dos índios maxacali no Estado. Com apenas 600 membros, a

nação maxacali corre o risco de ficar sem suas terras e ainda por cima ser exterminada devido aos conflitos que podem se tornar intensos na região do Nordeste mineiro, onde fazendeiros perseguem e expulsam os índios de suas terras, ou por doenças contagiosas, como o sarampo. (Última Hora-20/04/88)

Governador de Brasília impede índios de falar com Sarney



Foto de Gustavo Miranda

José Aparecido evita que Raoni aborde Sarney na missa pelo aniversário

Durante a missa comemorativa dos 28 anos de Brasília, na catedral de Brasília, na manhã do dia 21 de abril, o cacique Raoni e mais dois líderes do Parque Indígena do Xingu tentaram se aproximar do Presidente Sarney para entregar-lhe um texto contra a extração de madeira em terras indígenas, mas foram impedidos pelo Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira. Do lado de

fora da Catedral, 50 índios se perfilavam armados com bordunas. O governador convenceu-os a ir em "lanchar" no Palácio do Buriti, sede do governo do Distrito Federal, acompanhando-os até a saída da Catedral. Ao retornar, José Aparecido relatou a Sarney o corrido. O Presidente riu. (Folha SP-22/04/88)

Índias Kaiapós são encontradas depois de quase 20 anos

Duas índias Kaiapo, Nhokanrekti e sua filha Kokoranti, foram encontradas, no início da semana, próximo ao rio Jamxin e levadas a Belém pela Funai. A mãe, aparentando 30 anos, estava desaparecida há quase duas décadas, quando os caia-pós foram atacados pelos Krenacarore. Perambulando pela região, Nhokanrekti teve a filha e as duas continuaram perdidas com medo de um encontro

com os inimigos.

Depois de exames médicos mãe e filha serão enviadas para a aldeia Mecranotire, na serra do Cachimbo, onde a Funai acredita encontrar alguns parentes de Nhokanrekti. Mas, ela diz que primeiro vai experimentar a nova vida em grupo e se não gostar, pedirá para voltar para o mato. (Folha SP-23/04/88)

Funai continua perseguindo Igreja

O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, pediu em ofício a Polícia Federal que investigue as acusações de Contarito José Francisco, líder da comunidade indígena de Caraparú II, segundo as quais o padre Luciano Mário Stefanini seria o mentor intelectual da invasão da Fazenda Mangueiral, em Roraima.

O ofício enviado ao delegado Romeu Tuma, diretor-geral do DPF, diz que Francisco, preso junto com outros cinco índios, pela invasão, assegurou, segundo o jornal A Crítica, de Roraima, que jamais permitiria que os padres da diocese daquele território fossem visitar novamente sua maloca, pois "padre so faz índio virar inimigo do branco".

Sequestro

Jucá Filho oficiou também ao secretário de Segurança Pública de Roraima para que a Funai seja informada do andamento das investigações sobre o caso e ao bispo de Boa Vista, d. Aldo Mongiano, pedindo explicações sobre o comportamento do padre Stefanini, já indiciado em inquérito no ano passado, acusado de insuflar índios contra fazendeiros, além de ser um dos mentores do sequestro de três funcionários da Fazenda Guanabara, no município de Normândia, segundo informou a polícia de Roraima. (Folha SP-23/04/88)

CEDI propõe debate sobre repressão contra trabalhadores e usineiros

O Movimento Camponês, um dos programas de trabalho do CEDI, preparou um documento para reflexão que reproduzimos abaixo. São dois casos de manifestações ocorridas recentemente e desencadeadas por dois segmentos bem distintos da sociedade: garimpeiros do Pará e usineiros e fornecedores de cana do Nordeste.

Em ambos os casos a força do governo se fez presente. São dois exemplos para reflexão, para serem relatados e discutidos em grupo a fim de se entender o conteúdo das reivindicações e as razões que justificaram as diferentes formas de intervenção do governo. Se desejarem, o resultado destas reflexões poderão ser encaminhadas ao CEDI (para o Movimento Campones) o qual nos seria muito útil em nosso trabalho de acompanhamento do que ocorre no setor.

CASO I:

No dia 28/12/87 cerca de 1.500 garimpeiros de Serra Pelada bloquearam a ponte do rio Tocantins, impedindo o tráfego de veículos na estrada e a passagem de trens carregados de minérios. Aqueles trabalhadores usavam o bloqueio da estrada como forma de exigir do Governo o cumprimento de um elenco de reivindicações:

- Que o Governo Federal pague 55 milhões de cruzados referentes ao poládio e a prata adquiridos e não pagos pela Caixa Econômica Federal. Com esse pagamento, a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada adquiriria as máquinas necessárias para fazer o rebaixamento da mina, pois em 1987 dois deslizamentos ocorridos provocaram vítimas fatais;
- Ampliação da reserva garimpeira, atualmente de 100 ha, para 650 ha;
- Anulação dos direitos de lavra concedidos a Vale do Rio Doce, evitando assim o controle da área por esta empresa;
- Investimentos na infra-estrutura de apoio a Serra Pelada, consolidando o povoado que já conta com 60 mil habitantes.

Utilizando-se de bombas de gás lacrimogêneo e armas pesadas, a polícia bloqueou os dois lados da ponte e desencadeou um massacre de proporções alarmantes. Segundo o Tenente Coronel Pessoa, ocorreram duas mortes, ao passo que a Polícia Federal registrou três mortes e 93 desaparecidos. A imprensa registrou 133 desaparecidos além de, pelo menos, 46 pessoas feridas a bala.

CASO II

Em 11 de abril de 1988, cerca de 500 fornecedores de cana do Nordeste bloquearam com seus caminhões a estrada Maceió/Recife. Enquanto 150 caminhões das Usinas permaneciam na estrada, os fornecedores ouviam discursos dos parlamentares **Manoel Gomes de Barros (PFL/Alagoas)** Manoel



Luiz Pinheiro (PDT/Alagoas) **José Bandeira (PFL/Alagoas)** e **Humberto Barrada (PMDB/Pernambuco)**.

A manifestação contou com a participação dos representantes dos fornecedores de cana da Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Também estiveram presentes o ex-Governador de Alagoas, José Tavares, e do atual Secretário de Segurança daquele estado, Zeca Fontes, que também são grandes produtores rurais. Reivindicaram, fundamentalmente, um treinamento especial do governo e subsídios tais como:

- Reescalamento dos débitos para pagamento em 5 anos, com dois anos de carência;
- Redução de 60% da arrecadação monetária para financiamento agrícola;
- Financiamento emergencial para repor os prejuízos da seca;
- Aumento do preço da cana.

O único incidente deste ato ocorreu, segundo o Cel. José Ramalho, no atrito entre os políticos e soldados. Um soldado sacou do revólver e atirou. Estilhaços de bala causaram ferimentos em dois soldados e no Deputado Barrada. O soldado foi o único preso do ato.